



EDUCAÇÃO

Entidades de classe dão apoio à restrição ao EaD

OAB e conselhos de Medicina e de Enfermagem consideram que decreto é um passo para frear a má formação profissional

» ALÍCIA BERNARDES*

Novo política de Educação a Distância (EaD), anunciada segunda-feira pelo Ministério da Educação (MEC), foi bem recebida por órgãos de classe e conselhos profissionais. O decreto do governo federal proíbe a oferta de ensino 100% remoto para graduações em direito, medicina, odontologia, enfermagem e psicologia. Para as categorias, há a percepção de que os cursos EaD nivelaram por baixo a formação universitária, o que afeta a credibilidade e impacta negativamente a imagem profissional.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, a decisão é uma conquista de mais de uma década. Em nota, o CFM destacou que “a queda da qualidade do ensino tem provocado problemas diretos no atendimento aos pacientes, sobrecarregando o SUS e os serviços privados”. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também celebrou a restrição, ressaltando que a formação jurídica exige debate, prática e acompanhamento docente.

“O ensino jurídico a distância, da forma como vem sendo ofertado, é um retrocesso. A medida atende a uma demanda histórica

da OAB, que há anos alerta para os riscos da expansão descontrolada de cursos sem estrutura adequada”, frisa o presidente da OAB, Beto Simonetti.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) foi enfático ao declarar que a determinação do MEC decreta o fim de um “modelo de negócio que sacrificou a qualidade da educação em nome exclusivamente do lucro”. A entidade cita dados do último Enade, segundo os quais apenas 1,3% dos cursos EaD de enfermagem alcançaram a nota máxima, enquanto 512 apresentaram desempenho insatisfatório.

Na Universidade Católica de Brasília, o decreto foi bem recebido. De acordo com o professor Carlos Longo, reitor da UCB e vice-presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) — e que trabalhou na formulação das diretrizes baixadas pelo MEC —, a mudança é um avanço. “Essa política pública é uma das melhores já realizadas pelo Estado brasileiro. Acreditamos que trará muita inovação positiva e melhoria na formação dos nossos alunos”, afirmou.

A UCB prepara a reformulação de suas matrizes curriculares

Diego Chaves/CB/DA Press



EaD oferece ao aluno maior flexibilidade de horário e chega a regiões sem estrutura universitária

e considera que a educação é um processo “híbrido”. “Vivemos em um mundo ‘figital’, onde o físico, o social e o digital se entrelaçam. Negar isso é tão grave quanto negar a ciência ou o aquecimento global”, frisou.

Efeito colateral

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), porém, reagiu cautelosamente. Também por nota, a entidade afirma que a publicação

do decreto representa um avanço, pois restabelece o calendário regulatório e oferece segurança jurídica às instituições. Mas alerta para eventuais efeitos colaterais, como a exclusão de estudantes e o risco de encarceramento

das mensalidades.

“Mais de dois mil municípios poderão deixar de contar com cursos superiores, o que significa excluir populações inteiras da chance de estudar e melhorar de vida. O EaD tem um papel fundamental na democratização do acesso”, afirma a ABMES.

As instituições terão dois anos para se adaptar, o que, segundo a associação, reduz o impacto imediato para os estudantes matriculados. Ainda assim, a ABMES iniciou articulações junto ao MEC e ao Congresso para acompanhar a regulamentação das novas normas. A entidade afirma que pode até mesmo contestar judicialmente dispositivos que considere inconstitucionais.

A decisão do MEC tenta frear o crescimento do ensino remoto. Dados do Censo da Educação Superior, de 2022, mostram que as matrículas em cursos EaD superaram as presenciais — 52% do total. A popularidade da modalidade está relacionada ao custo mais baixo, à flexibilidade de horário e à capacidade de atender regiões sem infraestrutura universitária.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

ALISTAMENTO FEMININO

Defesa planeja efetivo das FAs com 30% de mulheres

» FERNANDA STRICKLAND

As Forças Armadas podem ter, nos próximos anos, 30% do efetivo integrado por mulheres — que ocuparão desde postos no oficialato aos de profissionais de saúde e, também, de militares voluntários. Para isso, um novo programa, previsto para 2026, visa incentivar o ingresso delas no serviço militar. A expectativa é de que, até o fim de junho, aproximadamente 35 mil candidatas estejam inscritas, apesar do limite de vagas nesta primeira chamada — a maior parte para o Exército.

Segundo o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, o plano para abrir espaço às mulheres é necessário: “Estamos atrasados, já devíamos ter começado”,

admitiu, ao visitar, ontem, o Centro de Seleção das Forças Armadas, em Brasília, para acompanhar de perto a Seleção Geral do Alistamento Militar Feminino Voluntário. Atualmente, cerca de 10% do efetivo militar é composto por elas, que, na maioria, ocupam funções técnicas — como médicas, dentistas e engenheiras.

O foco inicial será na qualidade da experiência oferecida às voluntárias. Mas há problemas a serem resolvidos, como a adequação das estruturas dos quartéis, historicamente preparadas para os homens. “Precisamos preparar algo digno, que as pessoas sintam-se tão bem ou melhor do que em casa”, frisou, reconhecendo que a infraestrutura precária pode tornar-se um

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Primeira-tenente Erica: força à expansão feminina

fator de rejeição ao programa. Segundo Múcio, as Forças Armadas estão comprometidas com a mudança. Tanto que, segundo o ministro, não haverá diferenciação de gênero quanto às



Maria Clara alistou-se para seguir o exemplo do irmão

funções exercidas — citou como exemplo a Marinha, que formou um pelotão de fuzileiras.

De acordo com o Ministério da Defesa, cerca de 30 mil jovens de todas as regiões se

inscreveram. Ao todo, são oferecidas 1.465 vagas, sendo 1.010 para o Exército, 155 para a Marinha e 300 para a Força Aérea, distribuídas em 28 municípios de 13 estados, além do Distrito Federal. As selecionadas serão incorporadas com os mesmos direitos e deveres dos homens, ocupando a graduação de soldado (no Exército e na Aeronáutica) ou de marinheiro-recruta (na Marinha).

A iniciativa, como salientou Múcio, representa uma correção institucional de rota. “É um trabalho fantástico. Vão conhecer o trabalho que as forças fazem pela sociedade e pelo país”, afirmou.

Para a primeira-tenente Erica Dantas, a expectativa é de que a ampliação da presença feminina continue. “Acreditamos que o Exército continuará liderando esse processo. Nossa meta é aumentar a participação, gradativamente, até 2030”, observa.

Para a sargenta Carla Dinini, lotada no Ministério da

Defesa, a criação dessa modalidade de ingresso representa mais do que inclusão. “É a porta que faltava para o ingresso das meninas como voluntárias. Vai dar a elas oportunidade de primeiro emprego, de fazer cursos, de enriquecer o currículo e de até se prepararem para concursos militares. Fico muito feliz com essa iniciativa”, disse.

É o caso de Maria Clara Mariano, de 17 anos. Feirante, teve por meio do irmão militar o primeiro contato com as Forças Armadas. “Na formatura dele, um sargento me perguntou o que eu queria ser. Disse: ‘Quero estar aqui, como vocês’”, conta.

Ana Luísa Botelho, também de 17 anos, compartilha do mesmo sonho. “Estava muito nervosa, com medo de errar. Mas fui muito bem acolhida. Eles foram supersimpáticos. Me senti em casa na entrevista. Ver mulheres fardadas sempre me inspirou”, diz.



ALEXANDRE GARCIA

PEDIR AJUDA AO REGIME CHINÊS PARA AGIR NAS REDES, QUE DERAM MAIS AMPLITUDE À VOZ DO POVO, QUE É A FONTE DO PODER, REVELA MÁ INTENÇÃO CONTRA A LIBERDADE

A China é vizinha

A primeira-dama Janja abandonou, na segunda-feira, o texto de um discurso sobre “regulação” de redes sociais, atribuindo a elas violência sexual contra crianças e adolescentes. Rebelando-se contra o protocolo em reunião de Estado, ela disse que “em nenhum momento eu calarei a minha voz para falar sobre isso. Não há protocolo que me faça calar, se eu tiver oportunidade de falar sobre isso, com qualquer pessoa que seja, do mais alto nível ou qualquer cidadão comum. E foi para

isso que minha voz foi usada na semana passada quando eu me dirigi ao presidente Xi Jinping, após a fala de meu marido sobre uma rede social (o Tiktok chinês). Como mulher, eu não admito que alguém me dirija, dizendo que eu tenho que ficar calada. Eu não me calarei.”

A fala do marido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo ele próprio, foi para pedir que o chefe chinês envie um agente de sua confiança ao Brasil, para examinar a rede social.

“Eu perguntei ao companheiro Xi Jinping se era possível ele enviar ao Brasil uma pessoa da confiança dele para a gente discutir a questão digital e, sobretudo, o Tiktok.” Lula informou, também, que Xi Jinping vai mandar uma pessoa “para conversar conosco para saber o que a gente pode fazer nesse mundo digital.” Isso significa que virá um agente chinês para conversar com o governo brasileiro sobre censura no mundo digital, assunto no qual a China é especialista.

Na China, três quartos da população estão conectados a redes sociais, mas o controle é rigoroso:

há reconhecimento facial para registrar entrada e vinculação ao documento de identidade, à localização e à conta bancária. O governo estabelece o que pode ser visto. Facebook, Instagram, X e outras internacionais não operam na China. Celulares chineses não permitem conexão com o Google. São substituídas por plataformas locais. Os americanos desconfiam de que o Tiktok pode ser usado para espionagem. Já denunciaram, segundo a Reuters, que produtos chineses importados — como guindastes portuários, placas solares, transformadores, computadores — agregam como

clandestinos chips, bluetooths, rádios e modems, que permitem controle a distância. Chamar o chefe de tudo isso de “companheiro” tem seu significado.

Lula e Janja alegam, repetidamente, que é para preservar crianças e adolescentes que querem regulamentar as redes. Mas elas estão regulamentadas desde 2015, pela lei que é o Marco Civil da Internet, discutido amplamente. Além disso, a Constituição brasileira proíbe “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”. Segundo o testemunho de quem estava no jantar em Beijing, Janja

reclamou que o Tiktok favorece a direita no Brasil.

Então, a questão toda é porque a esquerda não alcança o desempenho da direita nas redes. Tem sido hábito no Brasil censurar a direita e deixar livre a esquerda, como aconteceu na última campanha presidencial — e outra haverá no ano que vem. Pedir ajuda ao regime chinês para agir nas redes, que deram mais amplitude à voz do povo, que é a fonte do poder, revela má intenção contra a liberdade. É se avizinhar de um sistema em que a liberdade é aquela que for permitida pelo Estado.